

PARA UM APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA

Encontro de 14-15 de Maio 1983

Maria de Lourdes Pintasilgo

1. Uma prática social efectiva

Dissemos no documento que nos congregou que vimos "de diferentes experiências sociais, culturais e políticas".

Estamos, pois, todos empenhados num trabalho individual significativo. E reconhecemo-nos numa prática social efectiva.

Por mais sectorial e específica que seja a nossa actividade, é através dela que, em primeiro lugar, nos congregamos.

O que nos une aqui é o facto de vermos, na actividade que realizamos e na prática social que temos, a globalização das questões com que deparamos no nosso dia-a-dia. E essa globalização aponta para os grandes problemas do povo a que pertencemos. Por isso podemos afirmar que "a política é de todos" e "de todos os dias".

Por isso, caracteriza-nos a convicção de que nenhuma actividade é apolítica, neutra, asséptica. Tentar fazer crer num estado de "inocência política" é, já em si, um acto marcadamente político.

Inseridos simultaneamente em sistemas de produção e de consumo, de ensino e de aprendizagem, de concepção e de execução, sabemos que toda a actividade que realizamos é marcada por uma orientação política. Por isso inevitavelmente, sobre cada actividade, pairam as questões: "para que serve? a quem serve?"

Não é por acaso que no coração mesmo do mundo técnico - de onde aparentemente para alguns a política estaria ausente - se ouvem afirmações como a que passo a ler (do livro "Penser la technique") :

"A razão de ser do cimento, dos pesticidas e dos reactores nucleares está na própria sociedade que precisa de habitat, de alimentos e de energia, nesta sociedade que encontra na forma do seu habitat, no seu tipo de alimentação e no modo de energia que utiliza algumas das condições concretas de sua própria existência.

Por isso, tanto o operário como o engenheiro que fabricam o cimento, os pesticidas ou os reactores nucleares são muito mais do que simples fabricantes de cimentos, de pesticidas ou de reactores, porque o que fabricam não é nada menos do que a própria sociedade em que vivemos. O que espanta é que na maioria dos casos eles tenham tão pouca consciência disso."

2. Ética/riqor/inovação

A nossa primeira exigência ética deverá talvez residir nesse



escrupuloso respeito da verdade dos processos : não ignorar nem escamotear a dimensão política de toda e qualquer actividade.

Mas tal exigência vai de par com o rigor : quer dizer, o reconhecimento da dimensão política não pode separar-se da eficácia oportuna de cada actividade. Fazer hoje o que devíamos ter feito há 30 ou 40 anos (e faze-lo do modo como então o teríamos feito) só pode satisfazer quem pensa que a história é uma mera repetição. O que se faz hoje - no habitat, na organização do trabalho, na estruturação social - só tem sentido se, em vez de tentar ser a cópia esmaecida dos percursos passados de outros países, tentar ser a conjugação activa e inteligente com aquilo que outros povos hoje realizam com eficácia material e humana.

Não é demais sublinhar a importância ética e científica de viver o contemporâneo. É que só a partir desse patamar podemos inovar. - E por que havemos de querer inovar ? - perguntarão os mais cépticos.

Porque verificamos que a sociedade só está viva se encontra no seu seio a energia, a criatividade e os polos aglutinadores para se produzir a si mesma. Se queremos viver num meio que respeite os nossos direitos e que estimule as nossas aspirações, não nos podemos ficar, mudos e quedos, à espera de um qualquer poder-providência que nos forneça os fins e os meios. É no tecido da sociedade, nas instituições que a compõem, nas correntes que a atravessam, nos movimentos que nela surgem, nas normas de convivência que a sua identidade gera, é aí que a mesma sociedade se vai transformando e recriando.

Tivera o nosso trabalho estas características e já seria politicamente significativo.

Polos de interacção - um novo campo de forças político

O nosso encontro aqui é um acto político. Ao estabelecer-se a interacção entre actividades diferentes cria-se um novo campo de forças político.

A interacção e o entozamento entre actividades de natureza diversa permitem encontrar áreas de problemas que são politicamente inter-disciplinares e intersectoriais.

Os contornos das áreas de problemas permitem formular as perguntas adequadas ao real que é sempre multiforme e multifuncional.

Os polos de interacção são, pois, o lugar onde se enfeixam os nossos actos e interesses pessoais. E neles se concentra ou multiplica a nossa capacidade política de intervenção.

Os polos de interacção correspondem a pontos nevrálgicos onde a convergência, a complementariedade e o entozamento dos esforços individuais aparecem como prioritários.

Falar de pontos nevrálgicos é o mesmo que dizer que as soluções e os problemas que as reclamam são diversificadas. Problemas,



soluções, e de novo reformulação de problemas que devem integrar-se num todo unificador e equilibrador dessa diversidade.

4. Desenvolvimento/projecto de sociedade

Ao afirmarmos a diversidade dos problemas e o carácter integrador de toda a actividade que conscientemente se assume, apontamos para alguns aspectos essenciais do nosso entendimento dos processos sociais.

Em 1º lugar, queremos garantir pela acção concertada que é possível os cidadãos serem sujeito plural do processo de desenvolvimento.

Desaparecidos que estão os modelos das décadas do crescimento económico, apostamos na multiplicidade das iniciativas e na definição dos contornos dos problemas por aqueles que a eles estão directamente ligados.

Tanto quanto recusamos as soluções pontuais que são meras acções-aspirina também recusamos as soluções aparentemente globais que deixam falhas, intervalos e roturas e nos metem nos coletes de forças dos constrangimentos externos.

Em 2º lugar, tornamos bem claro que o processo de desenvolvimento, as estruturas do Plano e do Orçamento Geral do Estado são hoje totalmente inadequados à realidade social que deveriam servir.

Julgamos que é possível contribuir para uma nova estruturação desses instrumentos fundamentais da política económica, construindo na base as soluções que se nos afiguram viáveis e correctas e em relação às quais podemos assumir a nossa quota parte de responsabilidade.

Gostaríamos de poder contribuir, ainda que modestamente, para inverter a própria feitura do Plano de desenvolvimento: em vez de directrizes para os cidadãos e para as instituições, tentaríamos que as sugestões e os caminhos já encetados na acção concertada dos cidadãos e das instituições se traduzissem depois tecnicamente num Plano integrado.

Em 3º lugar, afirmamos que não partimos dum projecto de sociedade definido a priori. É na medida exacta em que surgem soluções que vamos construindo um projecto de sociedade. Dele, só podemos dar, neste momento, duas coordenadas fundamentais:

- é aberto sobre o futuro, liberto de postulados ideológicos sectários mas assente em rigorosos princípios éticos e técnicos;

- é multipolar nas suas expressões, reflectindo a diversidade do país, sem, no entanto, a pulverizar em experiências social e economicamente marginais.



5. Policentrar o sistema social

Trata-se, assim, e com os ingredientes que acabo de assinalar, de trazer à luz do dia o que as teleobjectivas da estatística e da ciência económica parecem ignorar : o tecido social na sua variedade de teias, redes e nós.

Ou, usando outros termos, trata-se de poli-centrar o sistema social, deixando de lado e contrariando abertamente as noções de "centro" e "periferia".

Quando falo em poli-centrar o sistema social, estou obviamente a fazer uma tripla referência :

- cultural, porque há centro onde há sujeito individual e colectivo da história;

- tecnológica, porque há centro onde há formas concretas de fazer e de saber-fazer o necessário;

- política, porque há centro onde há exercício de poder.

Quero assim significar a necessidade de tornar operativo o poder disseminado na sociedade. Não basta reconhecer o poder técnico, económico, académico onde ele existe. É preciso verificar onde, como e quando cristalizam na sociedade todas as formas de poder.

6. Articulação das forças sociais

Aquilo que nos propomos não é idealismo fácil nem fruto de um qualquer desencanto pela evolução política portuguesa.

Trata-se de um realismo bem concreto exigido não só pela sociedade em que vivemos mas presente em todos os que, pelo mundo fora, se dão conta das imensas transformações dos últimos anos. "Havia uma fronteira entre a técnica e a sociedade; essa fronteira era invisível e nós ultrapassámo-la sem darmos por isso". Hoje, em todas as sociedades, estamos à procura de novos modos de viver, de gerir as relações, de organizarmos o mundo. E o que é impressionante é que as premissas são idênticas.

Assim se o grupo de jovens sociólogos e economistas franceses e socialistas da geração de Maio de 1968 acaba de lançar uma revista em que se relativiza o impacto das instituições da democracia representativa, também há poucas semanas Giscard D'Estaing, numa conferência em Harvard, desenvolvia a tese de que são necessárias às democracias europeias novos mecanismos que completem o quadro parlamentar tradicional.

Assim enquanto na cultura latina se desenvolve a auto-organização da sociedade como a teoria política viável para o nosso tempo, se afirma a capacidade regenerativa da sociedade a partir de si própria e se estabelece o seu entendimento como organismo vivo, sempre capaz de gerar uma nova organização das partes que a compõem, também na cultura anglo-saxónica se afirma cada vez mais a força



dos movimentos fluidos, nascidos a partir das pessoas e se cria a estrutura desses países conhecida como "networking".

Uma das maiores economistas americanas di-lo claramente :

"Estabelecer a articulação de pessoas e interesses é o modo organizacional mais forte, inteligente e integrador na cena social de hoje... talvez represente uma nova maturação da inteligência humana... talvez seja o augúrio de uma nova etapa de transformação radical na evolução da consciência humana, indispensável para a nossa sobrevivência"...

Auto-organização e articulação são, pois, preocupações, objectivos e métodos que partilhamos hoje com numerosos grupos nos mais variados países.

7. E a relação com os poderes constituídos ?

No entanto, por muito estimulante que seja, esta convergência mundial não permite ainda resolver algumas das questões-chaves com que necessariamente nos debatemos.

Ao longo deste processo aberto há duas preocupações a que teremos de tentar dar resposta consoante as etapas.

A 1ª questão é a indispensável distinção entre, por um lado, os problemas que deverão ser equacionados e resolvidos ao nível do tecido social e dos seus múltiplos centros de poder, e, por outro lado, os problemas que têm por natureza de serem resolvidos ao nível das estruturas globais do Estado.

É indispensável distinguir, a partir da prática, o que é da responsabilidade dos cidadãos e o que é objecto da delegação de poderes. (Distinção exigida pelo imperativo de solução dos problemas e pela sanidade mental dos cidadãos !!)

A 2ª questão diz respeito à relação a estabelecer, em cada etapa do processo, entre esta forma de participação política e os poderes constituídos.

Tal como afirmámos no documento, uma participação democrática como a que queremos desenvolver deverá levar os deputados a serem cada vez mais delegados do povo em quem reside a soberania.

Poder-se-á mesmo dizer que os partidos políticos tenderão a enriquecer a sua prática política própria se formos capazes de fazer esta articulação de forma adequada. Tenderão então a representar cada vez mais os cidadãos organizados.

Além disso - e a longo prazo - pode esperar-se que as questões que têm sido controversas quando tratadas em abstracto se tornem susceptíveis de soluções pragmáticas quando trabalhadas na base pelos cidadãos organizados.

A generalização de uma tal forma de intervenção política



faz pensar num futuro político melhor. Porque, quando alargada à sociedade como um todo, permite remeter para o poder político constituido e exclusivamente para ele as grandes questões políticas que dizem respeito à ordem interna do Estado e à sua representação externa.

Por esta via desenha-se um caminho de estabilidade política, alheia a jogos de bastidores e assente na resolução gradual dos verdadeiros problemas do país. Então a estabilidade do Estado será tanto mais sólida quanto mais intenso fôr o dinamismo do corpo social.

Fundação Cuidar o Futuro

